

Votações importantes marcam a convocação extraordinária

Senado aprovou no período 22 matérias. Entre as mais importantes, destacam-se o Fundo de Estabilização Fiscal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação



A CCJ aprovou parecer contrário a mudança na proposta sobre contratação de professor estrangeiro. Página 3

Congresso inicia nova sessão legislativa

O Congresso Nacional inicia hoje, às 11h, com sessão solene presidida pelo senador José Sarney, os trabalhos da segunda sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura. Na ocasião, será entregue e lida a mensagem do presidente da República.

Para a solenidade, foram convidados os presidentes dos tribunais superiores, ministros de Estado, representantes do corpo diplomático, o governador do Distrito Federal e outras autoridades. Este ano a cerimônia será marcada pela simplicidade.

Júlio Campos quer modernizar o sistema tributário

Página 3

Arruda: Senado justificou a convocação

Ao fazer um balanço dos 38 dias de convocação extraordinária do Congresso, encerrada ontem, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) listou os vários projetos aprovados pelos senadores, destacando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). "Só este projeto aprovado já justificaria a convocação dos parlamentares para trabalharem em suas férias, tal sua importância para o ensino".

Arruda citou ainda a aprovação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que deverá vigorar até 30 de junho de 1997. "O Fundo é de extrema importância para a continuidade do Plano Real", assinalou. O fim dos trabalhos das comissões que analisaram o projeto Sivam e a aprovação da nova Lei de Patentes pela Comissão de Assuntos Econômicos também foram lembrados pelo senador.

Desde a abertura do período de convocação extraordinária, em 8 de janeiro, até seu encerramento ontem, o Senado aprovou um total de 22 matérias, tendo também recebido 14 da Câmara, que se somaram a outras dez já em tramitação na Casa e incluídas na pauta pelo presidente da República. Durante a convocação, o plenário votou, entre outras proposições, a instituição do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), enquanto nas comissões foi aprovada autorização para financiamento externo do projeto Sivam.

A decisão sobre o Sivam ainda será votada em plenário. A criação do FEF passará por segundo turno de votação, previsto para o dia 29.

Também no dia 29 será votada a redação final do substitutivo do Senado ao projeto de lei da Câmara para a LDB, que voltará àquela Casa para apreciação das emendas introduzi-

das com a aprovação do parecer do relator, senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). Outras matérias cuja tramitação foi acelerada durante a convocação estão para ser incluídas em pauta nos próximos dias, entre elas a Lei de Patentes, o projeto da Câmara regulamentando a escuta telefônica, e duas emendas constitucionais: a que permite a admissão de técnicos e universitários estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica, e a que flexibiliza o monopólio de resseguros.

O plenário também aprovou, durante a convocação, três projetos de lei - instituindo a contribuição dos autônomos e cooperativas como fonte de custeio para a Seguridade Social; concedendo isenções ao pagamento do Cofins; e reorganizando a polícia civil do Distrito Federal -, oito projetos de resolução dispostos sobre a dívida de estados e municípios, e dez mensagens de indicação de autoridades.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO DURANTE A CONVOCACÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL (DE 8 DE JANEIRO A 14 DE FEVEREIRO)

Matérias constantes da convocação que já tramitavam no Senado:	
Propostas de emenda à Constituição	2
Projetos de lei	8
Total	10
Matérias enviadas pela Câmara:	
Proposta de emenda à Constituição	1
Projetos de lei	13
Total	14
Matérias aprovadas pelo Senado	
Proposta de emenda à Constituição	1
Projetos de lei	3
Projetos de resolução	8
Indicações de autoridades	10
Total	22

Patrocínio espera que ministro explique combate a desemprego

Senador requer a convocação de Paulo Paiva, do Trabalho, para debater com o plenário a política do governo

A convocação do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, pelo Senado, para que explique ao plenário a política do governo para o combate ao desemprego no país, foi requerida ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

Segundo Patrocínio, Paulo Paiva "tem-se manifestado, em

vários encontros mantidos com diversos segmentos organizados da sociedade, no sentido de reduzir a carga dos tributos sociais, que pesam sobre a folha de pagamento, e a necessidade de se adotarem outras medidas objetivando diminuir o elevado índice de desemprego".



Carlos Patrocínio

Romero Jucá pede fim da aposentadoria proporcional aos oito anos de mandato

O senador Romero Jucá (PFL-RR) criticou a ideia de a Câmara dos Deputados manter no texto da reforma previdenciária a aposentadoria proporcional, aos oito anos de mandato, para deputados e senadores. "Não é justo e não é sério que se faça essa distinção", contestou, explicando que os aposentados de todo o país estão acompa-

nhando essa questão, sendo fundamental que se atendam às expectativas de um sistema justo.

Jucá disse que se manterá irredutível na defesa de um sistema igualitário, até porque, conforme frisou, desde que chegou a esta Casa está empenhado em trabalhar pela qualidade da imagem do Legislativo. "Que a Câmara re-

veja esse absurdo, a fim de que amanhã esta matéria não chegue ao Senado em regime de urgência, com a exigência de que não podemos modificá-la para não atrasar a reforma previdenciária", disse Jucá. Para ele, é importante não quebrar a equidade e a paridade do serviço público, razão por que soa tão injusto estabelecer esse privilégio.

Sebastião Rocha elogia política de comunicação social do Senado

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) cumprimentou a Mesa do Senado pelos resultados obtidos com a implementação de instrumentos de difusão dos debates e decisões da Casa, integrando uma política de comunicação social que "tem colocado o Sena-



Rocha

do na vanguarda de democracia neste país".

Além da TV Senado, da edição diária do *Jornal do Senado* e dos programas de rádio *Senado em Linha Direta* e *Correio da*

Voz, o senador destacou a modernização da *Voz do Brasil* e a

atuação do Prodasen, que "tem viabilizado os gabinetes com as mais modernas ferramentas de informação".

Rocha também considerou fundamental a criação de uma Comissão de Ciência e Tecnologia, proposta pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), assim como a extensão aos partidos políticos do uso da rede Internet.

Pesar pela morte de José Gomes da Silva

Por iniciativa dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Romero Jucá (PFL-RR), o plenário do Senado aprovou ontem requerimento de pesar e apresentação de condolências à família do ex-presidente do Inbra José Gomes da Silva, que faleceu na manhã desta quarta-feira, em São Paulo.

O senador paulista destacou que José Gomes da Silva, 71 anos, engenheiro agrônomo e proprietário de uma fazenda-modelo em Pirassununga, no interior de São Paulo, sempre esteve direta ou indiretamente ligado à defesa de uma reforma agrária no país. Fundou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e colaborou com o governo Humberto Castelo Branco na elaboração do Estatuto da Terra, lembrou Suplicy.

José Gomes da Silva, em artigo publicado no início do ano e lido em plenário pelo senador, defendia a tese de que com R\$ 1,9 bilhão o governo federal teria condições de assentar 200 mil famílias, "muito menos do que já foi gasto com o Banco Econômico", comparou o parlamentar.

Romero Jucá, pela liderança do PFL, ressaltou a importância do trabalho inovador de José Gomes da Silva à frente do Inbra e do antigo Ibra, e disse que o Estatuto da Terra "é um grito que ainda hoje está parado no campo brasileiro". A perda é significativa num momento em que, na opinião do senador, "é preciso levar paz ao campo e repensar a reforma agrária".

Agenda do Dia

PRESIDENTE
Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

11h - Preside sessão solene de reabertura dos trabalhos da 50ª Legislatura do Congresso Nacional.

14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

11h - Sessão Solene de instalação da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura do Congresso Nacional. Local: plenário da Câmara dos Deputados.

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado.

CCJ não muda proposta sobre professor estrangeiro

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem parecer do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) contrário ao substitutivo apresentado em plenário pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI) à proposta de emenda constitucional que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras.

A proposta, que também concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica, será votada agora, em primeiro turno, pelo plenário do Senado. O substitutivo rejeitado visava restringir a extensão integral, a essas instituições, de princípios aplicados às universidades.

Maldaner pede ao TCU relatório final sobre Sivam



Maldaner

O senador Cássio Maldaner (PMDB-SC) manifestou ontem a expectativa de que o Tribunal de Contas da União encaminhe ao Senado "com rapidez e eficiência" o relatório final esclarecendo as dúvidas sobre o projeto Sivam. Ele entende que "só com as informações do TCU é que os senadores poderão dar o seu veredito definitivo".

A aprovação do Sivam no âmbito das três comissões que analisaram o projeto de vigilância da Amazônia, na avaliação de Maldaner, foi uma "decisão democrática" porque, além de a matéria ter sido amplamente debatida, "cada senador votou de acordo com a sua consciência". Ponderou, entretanto, que, após tomarem conhecimento das análises conclusivas do TCU, "até os que votaram a favor poderão confirmar ou mudar sua posição" acerca do Sivam.

Júlio Campos defende sistema tributário moderno para o país

Modelo adotado pelo Brasil permite guerras fiscais entre estados e cria inúmeras obrigações tributárias, constata o senador

Júnia diz que juros altos provocaram déficit de janeiro

"Se não há aumento de salário do funcionalismo e se não há pagamento das obras do governo, como é possível ao Tesouro Nacional ter um déficit tão grande?" A pergunta foi feita ontem, em discurso, pela senadora Júnia Marise (PDT-MG), ao comentar o anúncio da equipe econômica de que as contas da União tiveram um déficit de R\$ 2,8 bilhões em janeiro.

A resposta, conforme a senadora, é simples: "O déficit se deve aos juros escorchantes impostos pela irresponsável política econômica do governo federal". Júnia Marise lembrou que o Tesouro registra ta-



Júnia Marise

manho de equilíbrio financeiro apesar da arrecadação tributária recorde e da contenção dos gastos públicos.

- Agora, o governo ameaça cortar ainda mais os investimentos. Dos R\$ 8,3 bilhões previstos inicialmente, o governo ameaça cortar a metade. Onde ficam as prioridades deste governo? Mais uma vez, só na retórica dos discursos oficiais - afirmou a senadora.

Simon conclama FHC a não privatizar Vale do Rio Doce

A descoberta de ouro pela Vale do Rio Doce levou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS) a opinar que o presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem de muita sorte, pois pode evitar o erro de privatizar a estatal. Caso a empresa estivesse com o setor privado, o país poderia nem chegar a ter conhecimento da jazida, afirmou ele.

Simon observou também que, enquanto as lideranças do governo não votam o projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que submete a privatização à autorização do Congresso Nacional, o BNDES está apressando o processo.

Em aparte, o senador José

Eduardo Dutra disse que o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), não cumpriu acordo firmado em dezembro de que na convocação extraordinária os senadores debateriam a Vale do Rio Doce com o ministro do Planejamento, José Serra, e o presidente e a diretora de privatização do BNDES. Em março, quando o projeto deverá entrar na pauta de votações, ele espera, segundo afirmou, que as lideranças governistas não continuem adiando a decisão.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) também afirmou que o governo, através do BNDES, está acelerando o processo de privatização da Vale.

A instituição de um sistema tributário moderno no país foi defendida ontem pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), com o argumento de que o sistema atual está muito afastado de um modelo capaz de propiciar o desenvolvimento. Ele pregou a adoção de um sistema tributário com alto grau de neutralidade, "que não introduza distorções econômicas nem prejudique a livre iniciativa empresarial".

Para Júlio Campos, o sistema tributário em vigor permite guerras fiscais entre estados, cria inúmeras obrigações tributárias e obriga as empresas a manterem departamentos destinados exclusivamente a trabalhar com as normas do fisco. Ele alertou que isso dificulta "a vida de todos quantos desejam produzir, gerar renda, gerar emprego e pagar impostos".

Segundo o senador, o Congresso deve reexaminar urgentemente o sistema fiscal brasileiro, até porque a administração tributária, em sua opinião, esquece que a empresa, como qualquer entidade econômica e administrativa, precisa de um horizonte mínimo para realizar seu planejamento e para adequar seu modo de operar às condições do mercado.

ACORDO TRABALHISTA

Júlio Campos também felicitou os metalúrgicos de São Paulo que concordaram em assinar um contrato de trabalho sem os encargos sociais previstos na legislação trabalhista. O senador afirmou que é de idéias inovadoras como essa que o país precisa, acrescentando que a iniciativa abre a oportunidade de criação de 40 mil novos empregos só no mercado de trabalho da categoria.

Cabral denuncia invasão do Amazonas

Senador afirma que alemães, suíços, japoneses, coreanos e americanos transitam livremente pelos rios amazonenses, demarcando terras em nome de empresas multinacionais



Waldeck Ornelas

Ornelas pede apoio para proposta sobre orçamento

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) pediu ontem, em plenário, apoio para que seja acelerada a tramitação de emenda constitucional que impede o Congresso de entrar em recesso em janeiro caso não tenha aprovado o orçamento da União. Ornelas lamentou que a convocação extraordinária do Congresso tenha terminado sem a votação do orçamento deste ano.

Congresso será tema de concurso

O Congresso Nacional será tema central de um concurso nacional de redação e monografias a ser instituído este ano pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipecas). A proposta preliminar foi apresentada na manhã de ontem ao presidente do Senado, José Sarney, pelo vice-presidente do sindicato, Vladimir Sperandio, que estava acompanhado de outros dirigentes da entidade.

Reajuste dos servidores é lei, afirma Humberto Lucena

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) afirmou ontem que o reajuste dos servidores públicos civis e militares na data-base é determinado pela Constituição e, por isso, deve ser honrado pelo governo federal. Lucena lembrou que também a Lei nº 7.706/89



Lucena

prevê o reajuste.

De acordo com o senador, se o governo quiser alterar os critérios para conceder o reajuste deve proceder à alteração na Constituição. Lucena foi apoiado em aparte pelos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA) e Jefferson Peres (PSDB-AM).

Flaviano Melo cobra rigor na apuração de denúncias no Acre

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) apelou ontem às autoridades judiciárias para que apliquem o máximo de rigor e urgência na apuração de denúncias que pesam contra o governador do Acre, Orleir Cameli, "na expectativa de que a justiça seja realmente feita". Em audiência marcada pelo

Superior Tribunal de Justiça (STJ) para amanhã, dia 16, o governador deverá depor no inquérito referente a convênio assinado entre o governo e a prefeitura do município de Cruzeiro do Sul, cujos recursos, segundo Flaviano, foram parar nas contas de uma das empresas de Orleir Cameli.

Marina condena contrato de empréstimo feito pelo estado

A senadora Marina Silva (PT-AC) considerou absurdas para um estado pobre as condições de empréstimo contratado pelo governador do Acre, Orleir Cameli, junto à Caixa Econômica Federal. O empréstimo, segundo ela, é do tipo ARO (Antecipação de Receita Orçamentária) - usado pelo governo federal para refinarar dívidas estaduais.

No entender da senadora, "o governador colocou a corda no pescoço dos servidores", ao assinar aquele contrato, isto porque, conforme explicou, as cláusulas daquela modalidade de empréstimo obrigam o estado tomador a não admitir novos funcionários, reduzir folha de pagamento e não conceder reajustes ao funcionalismo.

"O Amazonas está outra vez à mercê de interesses internacionais", alertou ontem o senador Bernardo Cabral (AM), ao afirmar que o amazonense, aos poucos, está-se tornando um estrangeiro em sua própria terra, devido à invasão organizada de grupos que contam com a cumplicidade de autoridades brasileiras. Conforme o senador, alemães, suíços, japoneses, coreanos e americanos transitam livremente pelos rios amazonenses, demarcando terras em nome de empresas multinacionais.

Com a "empáfia de conquistadores", afirmou Cabral, esses estrangeiros invadem atracadouros particulares para o desembarque de seus trabalhadores, que adentram a mata, destruindo o meio ambiente. Ele afirmou que esses grupos estrangeiros se beneficiam da burocracia estatal brasileira e estabelecem seus próprios mandamentos, proibindo a pesca e a caça numa região em que essas são as únicas formas de subsistência.

Para Bernardo Cabral, o mais revoltante não é a facilidade que o Brasil concede a "esses espoliadores de suas riquezas naturais", mas a dificuldade que o governo impõe ao nativo da Amazônia para se manter em seu meio ambiente. Como exemplo, mencionou o caso do agricultor José Hélio Leite Barbosa, dono de um pequeno sítio na Boca do Caribé, município de Itapiranga, que após 15 anos ainda não teve sua terra demarcada pelo órgão competente do Ministério da Agricultura.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cosar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kahame e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.